



FORMA LITERÁRIA E PROCESSO HISTÓRICO-SOCIAL EM MACHADO DE ASSIS: ASPECTOS DA CULTURA POLÍTICA PATRIMONIALISTA EM “TEORIA DO MEDALHÃO” (1882)

Rafael Lucas Santos da Silva
(PLE/UEM – Mestrado)

INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR
<p>Rafael Lucas Santos da Silva é, atualmente, mestrando na área de Estudos Literários, na Linha de Pesquisa Literatura e Historicidade, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá - UEM. Desenvolve pesquisa sobre o pensamento de Slavoj Žižek e suas aplicações aos Estudos Literários. Possui Graduação em Letras Português/Espanhol e Respectivas Literaturas na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira e Literatura Comparada, pesquisando principalmente os seguintes temas: literatura brasileira, literatura comparada, cultura brasileira, materialismo lacaniano, crítica literária e teoria literária, pensamento social e político brasileiro. E-mail: i3rafael@hotmail.com</p>

RESUMO	ABSTRACT
<p>Tematiza-se a dialética entre forma literária e processo histórico-social, buscando atualizar o debate sobre a importância política da produção literária do escritor Machado de Assis (1839-1908), com relação à cultura política patrimonialista do II Reinado (1840-1889). Procurou-se, assim, construir uma análise do conto “Teoria do medalhão” com base nas reflexões analíticas de Antonio Candido (1918-2017), especialmente no que se refere ao processo que ele denominou de <i>redução estrutural</i>, o qual Schwarz (2009) e Waizbort (2007) consideram como elemento medular em seu posicionamento metodológico. Sendo assim, ao concordarmos com Candido que o processo histórico-social importa “não como causa, nem como significação, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura” (2010, p. 18), a nossa hipótese de leitura é a de que a coerência interna da narrativa do conto “Teoria do medalhão” é constituída a partir da redução estrutural do Estado patrimonialista e do estamento-burocrático – fenômenos descritos e analisados pelo jurista Raymundo Faoro (1925-2003) no livro <i>Os Donos do Poder</i> (1984).</p>	<p>The dialectic between the literary form and the historical-social process is here thematic, seeking to update the debate on the political importance of the literary production of the writer Machado de Assis (1839-1908), in relation to the political patrimonialist culture of II Reign (1840-1889). An attempt was made to construct an analysis of the tale “Theory of the medallion” based on the analytical reflections of Antonio Candido (1918-2017), especially with regard to the process he termed <i>structural reduction</i>, which Schwarz (2009) and Waizbort (2007) considered as a core element in his methodological positioning. Thus, since we agree with Candido that the social-historical process is important “not as a cause, nor as a meaning, but as an element that plays a certain role in the constitution of the structure” (2010, p. 18), our hypothesis of reading is that the internal coherence of the narrative of the tale “Theory of the medallion” is constituted from the structural reduction of the patrimonial state and the bureaucratic state – phenomena described and analyzed by the jurist Raymundo Faoro (1925-2003) in the book <i>The Owners of Power</i> (1984).</p>

PALAVRAS-CHAVE	KEY-WORDS
Literatura Brasileira; Redução Estrutural; Patrimonialismo no Segundo Reinado; Machado de Assis.	Brazilian Literature; Structural Reduction; Patrimonialism in the Second Reign; Machado de Assis.

INTRODUÇÃO

Ubiratan Machado (2005) revela em *Bibliografia machadiana 1959-2003* o enorme conjunto de fortuna crítica voltada à obra machadiana, que supera a marca dos 5.600 verbetes. Além da própria polivalência da obra machadiana, essa multiplicidade hermenêutica resulta da imensa galeria de gêneros com os quais Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908) trabalhou artisticamente, ao longo de 53 anos de percurso ininterruptos de produção literária. Somam-se aos onze romances, as peças teatrais e a lírica, as crônicas semanais, produções de crítica literária e a intensa produção de contos. Neste último gênero, do qual retiramos o objeto de análise para o presente estudo, foram publicadas mais de duas centenas.

Desde o início de sua carreira, Machado de Assis considerou de extrema importância que os escritores estivessem atentos aos acontecimentos políticos de sua sociedade, como consta em crítica de 1958: “a literatura não pode ser perfeitamente um culto, um dogma intelectual, e o literato não pode aspirar a uma existência independente, mas sim tornar-se um homem social [...]” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 787-788). Contudo, Gledson (1991) assinala que nem sempre os estudiosos levaram à sério o repertório político das ficções machadianas:

Os críticos nunca negaram o interesse de Machado pela política, mas com bastante frequência esse interesse tem sido encarado como acidental e negativo, revelado em histórias e incidentes isolados, ou nos romances, em personalidades individuais que são objetos de sátira [...] Contudo a verdade é que a ficção de Machado contém uma visão bastante coerente da história brasileira do século XIX, com certas constantes, e gradualmente encontra uma expressão mais acabada nos enredos dos grandes romances (GLEDSON, 1991, p. 86).

Com efeito, nosso objetivo consiste em demonstrar como o conto “Teoria do medalhão”, está diretamente relacionado com a cultura política patrimonialista do II Reinado (1840-1889), permitindo visualizar um estilo político em que o poder é arbitrário, originado por uma tradição que trata a coisa pública como privada, dificultando boas relações a nível entre Estado e Sociedade. Para tanto, foi eleito como paradigma metodológico a proposta de Candido (1993) a respeito da *redução estrutural*:

Na verdade, o que interessa à análise literária é saber, neste caso, qual a função exercida pela realidade social historicamente localizada para constituir a estrutura da obra — isto é, um fenômeno que se poderia chamar de formalização ou *redução estrutural dos dados externos* (CANDIDO, 1993, p. 33, grifo nosso).

Essa perspectiva de análise consiste, pois, em buscar compreender como os processos histórico-sociais são formalizados esteticamente, para assim criar uma

estrutura narrativa na qual as implicações sociais não são estudadas como aspectos exteriores e determinantes da obra, pois esta alcança autonomia própria e, desse modo, os processos histórico-sociais só poderiam ser compreendidos na imanência da estrutura narrativa. Dessa maneira, a nossa hipótese de leitura é de que a coerência interna da narrativa do conto “Teoria do medalhão” é constituída a partir da redução estrutural do Estado patrimonialista e do estamento-burocrático, fenômenos descritos e analisados pelo jurista Raymundo Faoro (1925-2003) no livro “Os Donos do Poder” (1984).

Para comprimir o objetivo proposto, estruturamos o presente artigo em três seções: na primeira, tratamos de discutir, brevemente, implicações das reflexões analíticas de Antonio Candido (1918-2017) a respeito das relações entre forma literária e processo histórico-social; na segunda seção, será exposto o empreendimento historiográfico estabelecido por Raymundo Faro em “Os Donos do Poder”, delimitando suas proposições e conjecturas a respeito da base estrutural do Estado patrimonial e o quadro administrativo estamental-burocrático durante o II Reinado. Por último, apresentamos a nossa análise do conto “Teoria do Medalhão”, a partir da qual procuramos constatar a nossa hipótese supracitada, pondo em relevo no conto sua representação de comportamento humano, qual seja, que as implicações para se tornar medalhão consistem em integrar-se em um mundo de visibilidade, no qual é necessário o estreitamento da consciência crítica daquele que o integra. Essas estratégias se manifestam na estrutura narrativa como conselhos de um pai ao seu filho. Por essa condição autômata e passiva frente às práticas sociais, e pela vacância mórbida de sentimento moral que dela decorre, consideramos a importância de refletir sobre as perspectivas de ação que o conto suscita e analisá-las.

1 O CONCEITO DE *REDUÇÃO ESTRUTURAL* NA PROPOSTA CRÍTICA DE ANTONIO CANDIDO

Seguindo a pista das reflexões capitais de Antonio Candido, pode-se observar que, desde a publicação de sua tese sobre Sílvio Romero, em 1945, até o surgimento do ensaio *Crítica e Sociologia*, incluído no livro *Literatura e Sociedade*, em 1965, o autor de *Parceiros do Rio Bonito* desbravou um caminho ao longo desses 20 anos que lhe permitiu conceber o nexo de relação entre forma literária e processo histórico-social de modo que estes se tornam internos na obra literária, sendo compreendidos em seu núcleo estético. Conforme Waizbort, esse modo de conceber de Antonio Candido equivale à ideia de que o “romancista desvela a estrutura social profunda (mesmo que sem o saber) e a converte em forma literária” (WAIZBBORT, 2007, p. 204). Daí a equação a que chegou Candido (2010), ao propor que o processo histórico-social importa “não como causa,

nem como significação, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura” (CANDIDO, 2010, p. 18).

No arguto trabalho intitulado *Marxismo e Forma*, Jameson (1985) assinalou que o problema inicial que a crítica literária dialética “tem de enfrentar é o da unidade da obra literária, sua existência como coisa completa, um todo autônomo, o qual, na verdade, resiste à assimilação à totalidade do aqui e agora históricos” (JAMESON, 1985, p. 240). Acreditamos, portanto, que as reflexões analíticas de Antonio Candido (1918-2017) permitiram solver esse problema assinalado por Jameson (1985) ao propor o conceito de *redução estrutural*, concebido como “o processo por cujo intermédio a realidade do mundo e do ser se torna, na narrativa ficcional, componente de uma estrutura literária, permitindo que esta seja estudada em si mesma, como algo autônomo” (CANDIDO, 1993, p. 9). Tal conceito é um dos pontos de inflexão do posicionamento metodológico moldado ao longo da trajetória intelectual e acadêmica em que nutriu interesse de como compreender o fenômeno literário de um modo mais completo, sem reducionismos e mutilações a sua autonomia, como esclarece no seguinte enunciado de sua tese sobre Sílvia Romero em 1945:

Um dos maiores perigos para os estudos literários é esquecer esta verdade fundamental: haja o que houver e seja como for, em literatura a importância maior deve caber à obra. A literatura é um conjunto de obras, não de fatores, nem de autores. Uns e outros têm grande valor e vão incidir fortemente na criação; devem e precisam ser estudados; não obstante, são acessórios, quando comparados com a realidade final, cheia de graça e força própria, que age sobre os homens e os tempos: a obra literária (CANDIDO, 2006, p. 183).

2 A CULTURA POLÍTICA PATRIMONIALISTA DO II REINADO PELA PERSPECTIVA DE RAYMUNDO FAORO

A categoria sociopolítica denominada *patrimonialismo* tem origem nos estudos de Max Weber (1864-1920). Norberto Bobbio (2007) advoga que “nenhum dos estudiosos que viveu no século XX contribuiu mais do que Weber para enriquecer o léxico técnico da linguagem política” (BOBBIO, 2007, p. 171). De acordo com o autor, se trata de categorias indispensáveis não somente para o campo do conhecimento da Sociologia, e sobretudo são categorias que podem ser utilizadas para compreensão de contextos sociais diferentes daquele em que se derivaram e aos quais foram aplicados:

É surpreendente o grande número de expressões weberianas que passaram a integrar estavelmente o patrimônio conceptual das ciências sociais. Menciono apenas algumas situadas no campo da teoria política, como poder tradicional ou carismático, poder legal e poder racional, direito formal e direito material, monopólio da força, ética da convicção e ética da responsabilidade, grupo

político e grupo hierocrático. Para não falar da “legitimidade”, que só depois de Weber se tornou um tema relevante para a teoria política (BOBBIO, 2007, p. 171).

No contexto brasileiro, a primeira tradução de Max Weber só ocorreu no decênio de 1970, desse modo era sobretudo a tradução de *Economia e Sociedade* [Wirtschaft und Gesellschaft] feita no ano de 1944 pelo Fondo de Cultura Económica que era utilizada pelos estudiosos brasileiros.

Botelho (2007) aponta que é, justamente, no baralhamento desses dois âmbitos, a forte tendência da cultura política brasileira em não distinguir a esfera da *res Publica* com a do interesse privado, que constitui uma das construções mais tenazes na área do *pensamento político-social brasileiro*. Assim, a rigor, o conceito weberiano de patrimonialismo está direcionado à essa ideia de confusão entre bens particulares e bens públicos. *Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro* (1958/1975), de Raymundo Faoro, é paradigmático a esse respeito, de modo que Cardoso sentencie que essa obra “é referência obrigatória para quem quiser entender o significado do patrimonialismo na evolução sociopolítica do Brasil” (CARDOSO, 2013, p. 228).

Ao utilizar o conceito de “patrimonialismo” na análise da formação histórico-política do Brasil, Faoro (1984) reduziu o papel do senhoreado rural, pois considerava que é o estamento-burocrático que dirige a sociedade, a partir das funções institucionalizadas. Assim, a publicação de *Os Donos do Poder* aprofundou o debate das ciências sociais a respeito das relações entre sociedade civil e Estado e da presença da lógica privada na esfera pública. De modo sintético e esclarecedor, Cardoso expõe que “Faoro não foi o primeiro autor a usar as ferramentas weberianas para interpretar o Brasil. Usou-as, contudo, com maior alcance e rigor do que seus antecessores, maior mesmo do que Sérgio Buarque de Holanda” (CARDOSO, 2013, p. 260).

Com efeito, o ponto nodal de sua interpretação consistiu em demonstrar que uma particularidade do trajeto histórico da nação brasileira é que o Estado e sua estrutura de poder não correspondem nem representam a sociedade por estar alicerçado na forma de dominação patrimonial, caracterizada pela presença de um estamento-burocrático cuja gênese é a centralização monárquica de Portugal. A historiadora Laura de Mello e Souza constata que Faoro, ao se basear nas tipologias weberianas, concebeu que “a revolução de Avis afastou o perigo de uma confederação de tipo feudal, consolidando o Estado patrimonial português e amadurecendo um quadro de administradores” (MELLO e SOUZA, 1999, p. 338). Uma vez que o *capitalismo industrial* seria o filho pródigo da burguesia pelos modos de produção feudais, isso não ocorreu em Portugal devido ao fato de que a dominação patrimonialista fez com que o Estado seja o controlador e o dominador de todas as esferas da sociedade, — isso por sua vez engendra um capitalismo de Estado,

politicamente orientado, que será vindouramente legado ao Brasil, possibilitando fixar-se o poder de controle da minoria dirigente do sistema político-administrativo nas funções institucionais, concretizando um comportamento cada vez mais distante de uma burocracia de tipo racional-legal.

Conforme Faoro, somente o capitalismo politicamente orientado é “compatível com a organização política estamental, sempre gradativamente burocrática, ajusta a si o direito, limita a ideologia econômica, expande-se em monopólios, privilégios e concessões” (FAORO, 1984, p. 67). A configuração do estamento afasta-se, pois, da absorção do poder pela economia, e até opõe-se insistentemente contra a incolumidade das liberdades do comércio, pelo aprisionamento das atividades econômicas, devido a acentuar, cada vez mais que possível, o papel interventor e diretor do Estado:

O patrimonialismo, organização política básica, fecha-se sobre si próprio com o estamento, de caráter marcadamente burocrático. Burocracia não no sentido moderno, como aparelhamento racional, mas da apropriação do cargo — o cargo carregado de poder próprio, articulado com o príncipe, sem a anulação da esfera própria da competência (FAORO, 1984, p. 84).

A rigor, as liberdades econômicas tolhidas, tuteladas pelo Estado não só impediam a emancipação da burguesia com seu ganho sistemático e racional, como também impossibilitaram a plena concretização justamente da estrutura de classes no Brasil. Assim, o primado do estamento consiste que “esta minoria comanda, disciplina e controla a economia e os núcleos humanos” (FAORO, 1984, p. 203), enquanto

A classe é um fenômeno da economia e do mercado, sem que represente uma comunidade [...]. Ter ou não ter — obter lucros, possuir bens, ou desfrutar de ingressos econômicos em virtude de habilitação profissional — situam a classe, positiva ou negativamente qualificada. O ter e não ter, a capacidade de lucro ou salário refere-se ao mercado, aos valores que se podem fixar em termos econômicos, redutíveis, em expressão última, ao dinheiro. [...] Num período pré-capitalista — de capitalismo comercial ou de capitalismo politicamente orientado —, elas se acomodam e se subordinam ao quadro diretor, de caráter estamental. [...] A ascensão social se desvia, no topo da pirâmide, num processo desorientador, com o ingresso no estamento. A ambição do rico comerciante, do opulento proprietário não será possuir bens, senão o afidalgamento, com o engaste na camada do estado-maior de domínio político (FAORO, 1984, p. 205).

Com isso, Faoro tenciona demonstrar que pelo fato da estrutura política do Brasil possuir o perfil de Estado patrimonialista e estamental-burocrático, haverá no século XIX enorme homogeneização dos valores e das condutas, devido, justamente, à enorme pretensão em se ingressar no estamento. A possibilidade de se realizar este ingresso ocorre, principalmente, através do cargo público. Conquistá-lo será o fator decisivo, não

exatamente para a conquista do sucesso econômico, pois isto é subsequente ao grande e profundo êxito de se obter um poder acompanhado da nobreza estamental, a qual possibilitará aproveitar-se de oportunidades políticas. "O cargo público, a velha realidade do estamento, será o único foco de poder, poder que dá prestígio, enobrece, propicia e legitima a riqueza", explica Faoro (1984, p. 310). Não sem dificuldade, percebe-se como essa consideração de Faoro (1984) está estofada do instrumental sociológico de Max Weber. É dedicando-se a essa diferença das características do modo de agir da classe e o do estamento que Weber (1974) escreverá seu ensaio *Classe, estamento, partido*, no qual enfatizou que, na organização moderna de capitalismo racional, os interesses são determinados pelo mercado, estabelecendo como soberano aos membros da classe o fato de que "o poder se baseia na propriedade como impulso em ações no mercado" (WEBER, 1974, p. 216). Dessa maneira, o estamento, ou quem pretende nele ingressar, posiciona-se contrário a esse sucesso econômico conquistado exclusivamente por intermédio do mercado, pois quem faz essa recusa das "oportunidades de usar, em proveito próprio, bens e serviços no mercado, [...] não são porém, uma 'classe'. São, antes, um 'estamento'" (WEBER, 1974, p. 214).

Assim, Weber (1974) acentuará ser outra a índole do estamento do que o sucesso econômico no mercado: esta índole será a das honras sociais de um estilo de vida particular daqueles que pertencem ao estamento. Conforme assinala o autor de *Classe, estamento, partido*, "os 'estamentos' se estratificam de acordo com os princípios de seu consumo de bens, representado por 'estilos de vida' especiais" (WEBER, 1974, p. 226). Semelhantemente, por conseguinte, Faoro reconhecerá que o estamento brasileiro, para permitir o ingresso em seu seio, não realiza "distinção entre o rico e o pobre, o proprietário e o homem sem bens" (FAORO, 1984, p. 318). Sem realizar essa distinção, o estamento envolveria quem pretendesse ingressá-lo em um domínio ideológico muito maior, a partir da determinação das expectativas de condutas por "valores: valores éticos, valores religiosos e principalmente valores políticos" (FAORO, 1993, p. 16). Portanto, Faoro alega que o estado patrimonial e estamental-burocrático "torna o indivíduo dependente do poder que lhe dita, pela definição de valores, a conduta" (FAORO, 1993, p. 16).

3 O DESEJO E A TEORIA DE CONQUISTAR NO ESTAMENTO-BUROCRÁTICO O PRESTÍGIO SOCIOPOLÍTICO

O conto "Teoria do medalhão" possui uma ação unívoca. Trata-se de um diálogo entre um pai e seu filho, esta última personagem é conhecida como Janjão, enquanto o pai não é nomeado nenhuma vez ao decorrer do diálogo.

Este diálogo entre as duas personagens principia ao término do jantar de

comemoração ao aniversário de Janjão, o qual está completando 21 anos de idade. O conto é objetivo em relação ao conflito, pois o pai, ao iniciar os conselhos ao seu filho, vai direto ao ponto. A questão nevrálgica do conto é, a rigor, a intenção do pai que, ao dialogar com o seu filho Janjão, o ensina a teoria para exercer o ofício de medalhão.

E a própria marcação do tempo cronológico está circunscrita a esse diálogo em que o pai expõe ao seu filho a teoria, ou dito de outro modo, as estratégias e perspectivas de ação para exercer o ofício de medalhão. Assim, o conto abre *ex-abrupto* com a seguinte indagação, desencadeando o decurso da narrativa:

- Estás com sono?
- Não, senhor?
- Nem eu; conversamos um pouco. Abre a janela. Que horas são?
- Onze.
- Saiu o último conviva do nosso modesto jantar. Com que, meu peralta, chegaste aos teus vinte e um anos. Há vinte e um anos, no dia 5 de agosto de 1854, vinhas tu à luz, um pirralho de nada, e estás homem, longos bigodes, alguns namoros...
- Papai...
- Não te ponhas com denguiques, e falemos como dois amigos sérios. Fecha aquela porta; vou dizer-te coisas importantes. Senta-te e conversemos. (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 288).

Ambas personagens sentam para iniciar o diálogo, cuja duração sabemos ser de exatamente uma hora, pois é com outra marcação temporal que o conto se encerra: “— Meia noite? Entras nos teus vinte e dois anos, meu peralta; estás definitivamente maior. Vamos dormir, que é tarde. Rumina bem o que te disse, meu filho” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 295).

A teoria exposta pelo pai consiste, pois, em estratégias e perspectivas de ação para que o percurso trilhado pelo filho na vida pública lhe possibilite a conquista de prestígio e ascensão social, culminando em grande notabilidade pública. Ser medalhão será, justamente, alcançar uma prestigiosa notabilidade pública, que fará o filho Janjão se levantar “acima da obscuridade comum” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 288). Depreende-se do discurso do pai o que Faoro considerou “o temor da obscuridade, o abismo da obscuridade um dos motivos-chave de Machado” (FAORO, 2001, p. 542) na construção de suas personagens. Há, em primeiro lugar, o próprio fato de o pai ter sido condenado à obscuridade, o que é admitido com tristeza ao filho, logo quando lhe começa a expor o perfil do ofício de medalhão:

Ser medalhão foi o sonho da minha mocidade; faltaram-me, porém, as instruções de um pai, e acabo como vês, sem outra consolação e relevo moral, além das esperanças que deposito em ti. Ouve-me bem, meu querido filho, ouve-me e entende (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 83).

A esperança que o pai deposita em seu filho Janjão é também o temor de que este não logre êxito nessa empresa de tornar-se medalhão, são sentimentos justapostos, como dois lados de uma moeda.

Nesse sentido, um fato extraordinário é, com efeito, o de receber conselhos que facilitarão lograr êxito nessa empresa de tornar-se medalhão. A importância de se receber conselhos, e que estes são dados a Janjão no dia de seu aniversário, quando se torna “definitivamente maior” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 288), induzem a considerar que são o melhor e mais importante presente que poderia receber. Porém, esses conselhos recebidos por Janjão não são um tributo familiar transmitido de geração em geração; é o próprio pai quem o diz ao admitir seu fracasso em tentar ser medalhão: “faltaram-me [...] as instruções de um pai” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 289), — e isso nos faz induzir que seu pai (o avô de Janjão) também não obteve notabilidade pública. Assim, somos levados a concluir que a origem da família de Janjão não é a fidalguia ou a nobreza aristocrática, nem que foram pertencentes ao estamento, dado que os conselhos recebidos por Janjão correspondem a modos de conduta: logo, o que o pai de Janjão não recebeu do próprio pai foram instruções de modelar-se às convenções implicadas nos valores da honra social do estamento; e que isso será justamente os conselhos com os quais presenteará Janjão, instruindo-o a como agir de modo a demonstrar possuir os mesmos valores pertencentes ao estamento.

Após a compreensão dessas circunstâncias, pode-se conceber uma interpretação do título do conto, o qual equipara os conselhos do pai de Janjão a uma teoria (“Teoria do medalhão”). A rigor, os conselhos consistem em um modelo explicativo do fenômeno social que é o medalhão, isto é, a posse de uma prestigiosa notabilidade pública, sendo que a preocupação do pai de que Janjão preste absoluta atenção em cada pormenor dos seus conselhos é a expressão de sua pretensão em propor ao filho que seus conselhos são eficazes para que ele possa vir a possuir uma prestigiosa notabilidade pública, isto é, em seu diálogo pretende estabelecer a verdade de como o indivíduo torna-se medalhão.

Para que assim seja, o pai de Janjão, em sua existência cotidiana de indivíduo comum, sem notabilidade, precisaria ter rigorosamente observado as condutas empíricas que socialmente são estabelecidas a partir da honra social do estamento. Sem pertencer a um estrato social economicamente inferior, pois não teria como realizar a observação das condutas sociais a ponto de pretender estabelecer a verdade de como o indivíduo torna-se medalhão. Por isso, acreditamos que o pai de Janjão faz parte da “galeria burguesa de Machado de Assis [que] brota do chão, expande-se e se enriquece, mas não domina nem governa” (FAORO, 2001, p. 17). Em outras palavras, a origem

familiar de Janjão logrou um êxito exclusivamente econômico, mas não possui o sentimento de honra, influência e prestígio do estamento, uma vez que “o estamento impede, obscurece, denigre a classe, com suas riquezas” (FAORO, 2001, p. 16).

O próprio modo como o pai principia seus conselhos põe em evidência esse dado; logo que ele e Janjão sentam-se para iniciar o diálogo, o pai salienta as condições atuais que permitirão a Janjão a promoção aos altos postos, sendo que a condição de Janjão, aos recentes 22 anos completados, é a de quem possui apólices, que lhe asseguram a boa posição econômica, além de um diploma de bacharel. Com isso, o pai argumenta que Janjão está diante de “infinitas carreiras” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 288). Cita até mesmo algumas dessas carreiras que podem ser seguidas por Janjão; são carreiras “na imprensa, na lavoura, na indústria, no comércio, nas letras ou nas artes” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 288). Todas essas carreiras, bem entendido, referem-se à obtenção de salário, o que as relaciona ao mercado, no sentido do que se pode fixar em termos econômicos. Não é de modo algum sua intenção impor-lhe o destino de alguma dessas profissões, mas apenas que, “qualquer que seja a profissão da tua escolha, o meu desejo é que te faças grande e illustre [...] que te levantes acima da obscuridade comum” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 288).

Contudo, as profissões podem ser infrutíferas e o pai não quer que as forças de engenho aplicadas por Janjão reduzam-se a séries causais vazias de possibilidades de conquistar a ascensão social. Assim, aconselha-o ser “de boa prática social acautelar um ofício para a hipótese de que os outros falhem, ou não indenizem suficientemente o esforço da nossa ambição. É isto o que te aconselho hoje, dia da tua maioridade” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 289).

Tal ofício é o de medalhão, cujas estratégias e perspectivas de ação para exercê-lo configura o núcleo estético do conto *Teoria do medalhão*. O feliz gozo de uma existência em que se possui notabilidade pública está subordinado à prática desses conselhos. A partir destes, evidencia-se que não é a profissão o responsável pela conquista da notabilidade, de que jamais a profissão que exige “o trabalho de todos os dias, suado e fatigante, com a poupança de real a real” (FAORO, 2001, p. 28) possibilitará conquistar uma prestigiosa notabilidade pública. Exatamente por isso, não importa ao pai qual profissão será escolhida por Janjão, desde que seu filho rumine bem os conselhos com os quais o presenteia, a fim de praticá-los o melhor possível e assim tornar-se um medalhão. Conforme vimos anteriormente, ao examinar o posicionamento metodológico de Antonio Candido, é no núcleo da coerência estética que se encontram os fatores sociais, compreendidos como internos à obra literária.

A teorização de estratégias e perspectivas de ação para tornar-se medalhão é subsequente, pois, a uma concepção e observação empírica do pai do que significa ser

medalhão; e para possuir significado foi preciso, portanto, reduzir estruturalmente elementos históricos, os quais tornaram-se internos à obra. Como são elementos internos, não há na concepção do pai do que significa ser medalhão nenhuma alusão mecânica a eles. Sendo assim, para compreender quais elementos históricos foram reduzidos estruturalmente, é preciso que a análise se conduza a partir da impressão de realidade comunicada pelo conto, a qual possui uma coerência que funciona como correlativa do que se manifestava historicamente na sociedade brasileira.

Portanto, a rigor, ao constatarmos que para o pai de Janjão não importa qual será a profissão escolhida pelo filho, devido a ter observado empiricamente que na sociedade em que vivem as profissões, com suas remunerações, não são as responsáveis pela conquista da notabilidade pública, percebe-se expresso nisso uma índole pré-capitalista, na medida em que a organização moderna de capitalismo racional os interesses individuais são determinados pelo mercado. Interesses determinados pelo mercado implicam, entre outros, a livre profissão. Ao longo de todo o diálogo entre Janjão e seu pai, este não o aconselha a utilizar em seu proveito bens e serviços do mercado para tornar-se medalhão.

Com isso, o significado de ser medalhão como forma literária manifesta internamente a redução estrutural do Estado patrimonialista e estamental-burocrático brasileiro. Nesse sentido, nosso argumento está na esteira de Challoub (2003), para quem Machado de Assis evidenciou interesses escusos de proprietários, manipulações políticas, preconceitos e mazelas do conjunto da vida brasileira em variados aspectos de seus conflitos histórico-sociais. Existe apenas uma divergência de terminologias, que a nosso ver surge do próprio universo ficcional do conto. Em conformidade com Challoub (2003), é a ideologia senhorial que sustenta uma lógica de domínio paternalista, vincando na verticalidade o poder econômico, social e político, de forma tal que “os sujeitos do poder senhorial *concedem*, controlam uma *espécie de economia de favores*, nunca cedem a pressões ou reconhecem direitos adquiridos em lutas sociais” (CHALLOUB, 2003, p. 32).

O pai de Janjão, por outro lado, configura exatamente a subordinação individual ao estamento, conforme estudamos a perspectiva de Raymundo Faoro (1984). Isto porque o nexos da ideologia contida no conto está vinculado às questões de inserção de sujeito dentro da máquina estatal. Sem pertencer a um estrato social economicamente desfavorecido, o pai de Janjão não quer que seu filho fracasse em tornar-se medalhão, por isso aconselha-o a viver ao mesmo estilo dos valores professados pelo estamento, pois só assim se levantará acima da obscuridade. Dessa maneira, os conselhos do pai para Janjão tornar-se medalhão exprimem precisamente que

A ascensão social se desvia, no topo da pirâmide, num processo desorientador,

com o ingresso no estamento. A ambição do rico comerciante, do opulento proprietário não será possuir bens, senão o afidalgamento, com o engaste na camada do estado-maior de domínio político (FAORO, 1984, p. 205).

É possível também concluir nos conselhos do pai de Janjão a necessidade do diploma de bacharel para realizar esse engaste no estamento. A sua referência à titulação de Janjão é meramente ornamental, destacando implicitamente o *status social* que é possuir um diploma de bacharel e conseqüentemente os infinitos benefícios em possuí-lo. A referência ao diploma feita pelo pai também está atrelada às diversas profissões que o filho pode escolher, evidenciando exatamente os estudos de Adorno (1988), a respeito do fato de que possuir diploma no século XIX representava acima de tudo conquistar benefícios públicos.

Segundo o autor de *Os Aprendizes do Poder*, durante o século XIX, o Brasil erige o seu Estado como um imenso arquipélago de magistrados, na medida em que,

Operando no contexto de uma monarquia patrimonial, apropriaram-se os bacharéis das oportunidades de acesso e promoção nas carreiras diretas dos órgãos centrais e regionais de governo. Via de regra, os cargos do judiciário (juizes e carreiras afins à magistratura), no executivo (delegados de polícia, presidentes e secretários provinciais, ministros e conselheiros de Estado) e no legislativo foram predominantemente ocupados por bacharéis (ADORNO, 1988, p. 78).

Os bacharéis tornaram-se, assim, marcos culturais na sociedade brasileira. Como assinala o sociólogo Adorno (1988), isso é devido ao próprio propósito de instauração e organização dos cursos jurídicos e da vida acadêmica, visto que a formação acadêmica, em si, era o "imperativo político de se constituir quadros para o aparelho governamental e de exercer pertinaz controle sobre o processo de formação ideológica" (ADORNO, 1988, p. 88) dos bacharéis, os quais tornam-se, desse modo, dispostos à qualificação do estamento-burocrático, aqueles que promovem sua vitaliciedade.

Após o término do jantar, o pai, em efusiva alegria pela comemoração da maioridade de seu filho Janjão, evoca a partilha do tempo transcorrido até esse dia: "Há vinte e um anos, no dia 5 de agosto de 1854, vinhas tu à luz, um pirralho de nada, e estás homem, longos bigodes, alguns namoros..." (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 288). Assim, adquirimos conhecimento da marcação histórica do conto, pois se Janjão comemora 21 anos, significa que este diálogo entre ambos se faz no ano de 1876. Tendo em vista o propósito de análise colimado, essa marcação histórica não é nenhum pouco gratuita.

O decênio em que Janjão veio à luz é o mesmo em que a interpretação histórico-sociológica de Faoro (1984) constatou ocorrer o auge da centralização imperial das

atividades político-administrativas. É, pois, ao fim do decênio de 1850 em que a política dá as mãos ao dinheiro, permitindo que o patrimonialismo e o estamento atinjam o clímax, com a centralização, o monarquismo sem contestações, a sociedade dominada pelo Estado, uma vez que

A intervenção do governo não se circunscreve às finanças e ao crédito. Ao contrário, desse centro ela se irradia sobre todas as atividades, comerciais, industriais e de melhoramentos públicos. O Estado autoriza o funcionamento das sociedades anônimas, contrata com os bancos, outorga privilégios, concede estradas de ferro e portos, assegura fornecimentos e garante juros (FAORO, 1984, p. 434).

Por aí se nota como o Estado patrimonial e estamental-burocrático pode ser compreendido na própria análise imanente do conto “Teoria do medalhão”. O pai de Janjão possui experiências pautadas em observações empíricas e por sua vez Faoro (1984) alega que a partir desse decênio aumentou rigorosamente a oposição do Estado contra a liberdade do indivíduo e a liberdade das atividades econômicas. Um dos resultados dessa centralização governamental consiste no fato de que “os talentosos, cobiçosos do mando, se engastam na máquina política, trocando a agricultura e o comércio, a aventura industrial, pelo emprego público, que dá a glória e o poder” (FAORO, 1984, p. 329).

De fato, pelo que vimos do que significa a concepção do pai de Janjão sobre o que é ser medalhão, esses elementos históricos são vivificados em seus conselhos, ou melhor dito, constituem-se como responsáveis pela organização estética do conto.

3.1. AS ESTRATÉGIAS E A PERSPECTIVAÇÃO DE AÇÃO PARA INGRESSAR NO ESTAMENTO-BUROCRÁTICO

No famoso estudo em que Schwarz (1989) buscou evidenciar a matriz do fulcro da interpretação de Candido (1993) sobre o romance *Memórias de um sargento de milícias*, encontra-se uma exposição nítida de como consistiu o modo de Candido (1993) de apreender como foram reordenados em nível de forma literária os elementos históricos manifestados na sociedade. Conforme assinala o autor de *Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’*, o empenho de Candido (1993) nessa interpretação consistiu em conceber a forma literária “como um mundo imaginário construído segundo a lógica de um aspecto real X, o qual é um momento e lugar determinado da totalidade social” (SCHWARZ, 1989, p. 143).

É assim, pois, que conceberemos as estratégias e perspectivas de ação aconselhadas a Janjão, as quais impõem-se como extremamente necessárias para tornar-

se medalhão. Ou seja, o comportamento humano subjacente a esses conselhos acreditamos ser construído segundo a lógica dos elementos históricos do perfil patrimonial e estamental-burocrático da sociedade brasileira. A partir do momento em que o pai deixa claro a Janjão que seu desejo é vê-lo tornar-se um medalhão, o decorrer do diálogo se situará no âmbito de um novo aspecto de abordagem feita pelo pai, cujo acento inclui as estratégias e perspectivas de ação teorizadas ao filho. Assim, começa por expô-lo pelo que considera como principal:

— Venhamos ao principal. Uma vez entrado na carreira, debes pôr todo o cuidado nas ideias que houveres de nutrir para uso alheio e próprio. O melhor será não as ter absolutamente; [...] pode-se, com violência, abafá-las, escondê-las até a morte; mas nem essa habilidade é comum, nem tão constante esforço conviria ao exercício da vida (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 290).

Numa perspectiva dessa, não haverá lugar, naturalmente, para a participação individual em ordens morais situadas acima e além da arena dos instintos e apetites do animal humano. O empreendimento em tornar-se medalhão nasce dessa rigorosa rejeição de que o modo de agir seja norteado por uma perspectiva crítica em face da vida. Essa rejeição não se trata apenas de uma mera exigência, e sim de uma realidade efetiva da “compostura do medalhão” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 290). Por isso, é a exposição tida como principal.

O pai de Janjão a considera principal, pois, ao longo de suas observações empíricas, haveria constatado a necessidade de uma “inópia mental” (Machado de Assis 1994, p. 290) para que se consiga exercer com propriedade o “nobre ofício” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 290) de medalhão. Essa curiosa consonância contida na fala do pai, entre *inópia mental / nobre ofício*, resume-se a preposição de que a conquista da notabilidade pública é imensamente mais digna, mesmo que para realizá-la seja necessária a suspensão cognitiva.

Por esse fato de que é preciso sempre adaptar-se, que a primeira estratégia ensinada a Janjão por seu pai consiste na suspensão cognitiva através de um “regime debilitante” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 290). Assim, o pai de Janjão lhe indica que, por ser a suspensão cognitiva fundamental para tornar-se medalhão, debilite em si mesmo o mero vislumbre de ideias próprias:

Podendo acontecer que, com a idade, venhas a ser infligido de algumas ideias próprias, urge aparelhar fortemente o espírito. As ideias são de natureza espontâneas e súbitas [...]. Daí a certeza com que o vulgo, cujo faro é extremamente delicado, distingue o medalhão completo do medalhão incompleto.

— Creio que assim seja; mas um tal obstáculo é invencível.

— Não é; há um meio; é lançar mão de um regime debilitante, ler compêndios de

retórica, ouvir certos discursos, etc. O voltarete, o dominó e o *whist* são remédios aprovados. [...] O bilhar é excelente. Se te aconselho excepcionalmente o bilhar é porque as estatísticas mais escrupulosas mostram que três quartas partes dos habituados do taco partilham as opiniões do mesmo taco (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 290, grifo nosso).

Daí põe-se ao filho a estratégia de um “regime debilitante” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 290). Em regra, portanto, as perspectivas de ação subsequente a essa estratégia de um *regime debilitante* resultam que, para tornar-se medalhão, Janjão não possui valor próprio, cujas condutas são destiladas por valores qualitativos e inspiradas pela reflexão crítica — isso tudo apenas lhe proporcionaria, paradoxalmente, o sentimento agudo de desvalia em face da sociedade em que vive, e uma consequente segregação agressiva.

Nesse sentido, as perspectivas de ação aconselhadas pelo pai possuem em comum o objetivo grotesco de condicionamento social. Depreende-se, assim, que *ao ser praticados esses conselhos, haverá o esmagamento da consciência crítica de Janjão pelo martelo da opinião premoldada*. Não há problema nenhum nisso; pelo contrário, é esse mesmo o objetivo do *regime debilitante*, a absoluta ausência de consciência crítica: “com este regime, durante oito, dez, dezoito meses — suponhamos dois anos, — *reduzes o intelecto, por mais pródigo que seja, à sobriedade, à disciplina, ao equilíbrio comum*” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 291, grifo nosso).

Dessa maneira, evidencia-se que para conquistar a notabilidade pública é imprescindível que Janjão, em seu contato comunicativo, utilize “as frases feitas, as locuções convencionais, as fórmulas consagradas pelos anos, incrustadas na memória individual e pública” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 291).

A segunda estratégia aconselhada a Janjão consiste, pois, no fato de que sua vida precisa adquirir relevo e importância aos seus concidadãos. Por essa razão, a estratégia é que Janjão faça sempre publicidade de si mesmo. A significação dessa estratégia é, primeiramente, a excepcional condição de criar uma *persona social*, permitindo que o nome de Janjão penetre em grupos distintos da sociedade, acarretando em referência, que num processo evolutivo fará que sempre seja lembrado nos diálogos cotidianos. Por isso, o pai de Janjão lhe salienta que

A publicidade é uma dama loureira e senhoril, que tu deves requestar à força de pequenos mimos, confeitos, almofadinhas, coisas miúdas, que antes exprimem a constância do afeto do que atrevimento e ambição. [...] Longe de inventar um “Tratado científico da criação dos carneiros”, compra um carneiro e dá-o aos amigos sob forma de um jantar, cuja notícia não pode ser indiferente aos seus concidadãos. Uma notícia traz outra; cinco, dez, vinte vezes pões o teu nome ante os olhos do mundo. Comissões ou deputações para felicitar um agraciado, um benemérito, um forasteiro, têm singulares merecimentos, e assim as irmandades e

associações diversas, sejam mitológicas, cinegéticas ou coreográficas. Os sucessos de certa ordem, embora de pouca monta, podem ser trazidos a lume, contanto que ponham em relevo a tua pessoa. Explico-me. Se caíres de um carro, sem outro dano, além do susto, é útil mandá-lo dizer aos quatro ventos, não pelo fato em si, que é insignificante, mas pelo efeito de recordar um nome caro às afeições gerais. Percebeste? (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 292-293).

A partir das perspectivas de ação implicadas na estratégia de autopublicidade, compreende-se o intuito de consolidar uma opinião pública acerca de si mesmo. Nessa mesma perspectiva, em que a coordenação da própria conduta deriva da opinião pública e não em face de critérios examinados à luz dos fatos empíricos, configuram-se as perspectivas de ação que a estratégia de autopublicidade implica. Se, para tornar-se medalhão, só a opinião pública iluminará os passos de Janjão, a troca do verdadeiro pelo falso será um fato, mesmo que isso resulte na necessidade de que, a partir da prática dessa estratégia, as perspectivas de ação estejam mescladas de charlatanismo, adulação e empulhação, porquanto a opinião pública, fórum onde os indivíduos adquirem relevo e importância, sofre sempre todas as distorções, confundidas a verdade e a mentira no mesmo saco. Assim, logo após a primeira exposição declara a Janjão que esta

É publicidade constante, barata, fácil, de todos os dias; mas há outra. Qualquer que seja a teoria das artes, é fora de dúvida que o sentimento da família, a amizade pessoal e a estima pública instigam à reprodução das feições de um homem amado ou benemérito. Nada obsta a que sejas objeto de uma tal distinção, principalmente se a sagacidade dos amigos não achar em ti repugnância. Em semelhante caso, não só as regras da mais vulgar polidez mandam aceitar o retrato ou o busto, como seria desazado impedir que os amigos o expusessem em qualquer casa pública. Dessa maneira o nome fica ligado à pessoa; os que houverem lido o teu recente discurso (suponhamos) na sessão inaugural da União dos Cabeleireiros, reconhecerão na compostura das feições o autor dessa obra grave, em que a “alavanca do progresso” e o “suor do trabalho” vencem as “fauces hiantes” da miséria. No caso de que uma comissão te leve à casa o retrato, deves agradecer-lhe o obséquio com um discurso cheio de gratidão e um copo d’água: é uso antigo, razoável e honesto. Convidarás então os melhores amigos, os parentes, e, se for possível, uma ou duas pessoas de representação. Mais. Se esse dia é um dia de glória ou regozijo, não vejo que possas, decentemente, recusar um lugar à mesa aos *reporters* dos jornais. Em todo o caso, se as obrigações desses cidadãos os retiverem noutra parte, podes ajudá-los de certa maneira, redigindo tu mesmo a notícia da festa; e, dado que por um tal ou qual escrúpulo, aliás desculpável, não queiras com a própria mão anexar ao teu nome os qualificativos dignos dele, incumbe a notícia a algum amigo ou parente (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 293).

Entendido isto, ver-se-á que a maior parte, quando não a totalidade, das relações sociais de Janjão conserva uma máscara em relação aos seus objetivos. Tal

mascaramento, não poupará “os melhores amigos, os parentes” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 292); — em última análise, o medalhão, resultante do prestígio social, tecido artificialmente na viciosa manipulação dos modos de interagir e comunicar, alcança sua conquista da notabilidade inescrupulosamente. É muito importante notar, pois, que esta conduta inescrupulosa surge exatamente na medida em que Janjão submete-se subservientemente aos valores sociais.

Nesse sentido, a própria sociedade é inescrupulosa, sem nenhuma virtude superior que a distinga, dado que os padrões de conduta são exigidos por ela mesma. Sendo assim, acreditamos que o conto “Teoria do medalhão” desempenha o que Bosi (2003) denominou de “o triunfo do signo público” (BOSI, 2003, p. 86). Trata-se da soberania das convenções sociais em detrimento da consciência individual, donde “a necessidade de proteger-se e de vencer na vida — mola universal — só é satisfeito pela união ostensiva do sujeito com a Aparência dominante” (BOSI, 2003, p. 86).

Após a exposição da estratégia de autopublicidade, a tônica do diálogo entre pai e filho cai sobre a possibilidade de Janjão lograr uma carreira política. O que se pretende, em suma, ao ingressar na carreira política é tão somente a conquista de benefícios para si mesmo. A principal estratégia adequada a esse fim será não aderir a nenhuma tipologia partidária, expandindo assim perspectivas de ação a diversos grupos políticos, uma vez que

Toda a questão é não infringir as regras e obrigações capitais. Podes pertencer a qualquer partido, liberal ou conservador, republicano ou ultramontano, com a cláusula única de não ligar nenhuma ideia especial a esses vocábulos, e reconhecer-lhes somente a utilidade (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 294, grifo nosso).

Sem aderir a nenhuma tipologia partidária, portanto, maior será a conquista de influências e patrocínios para que tenha êxito no ingresso à carreira política. Por isso mesmo é importante “não infringir as regras e obrigações capitais” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 294), o que significa não esquecer de praticar as estratégias que lhe foram aconselhadas. Desse modo, privilegiar-se a retórica em lugar do conhecimento empírico, os chavões parlamentares em lugar do pensamento, da reflexão. São precisamente estas as perspectivas de ação para lograr êxito na carreira política, conforme os conselhos do pai de Janjão:

- Se for ao parlamento, posso ocupar a tribuna?
- Podes e deves; é um modo de convocar a atenção pública. Quanto à matéria dos discursos, tens à escolha: — ou os negócios miúdos, ou a metafísica política, mas prefere a metafísica; — é mais fácil e mais atraente. Supões que deseja saber por que motivo a 7ª companhia de infantaria foi transferida de Uruguaiana para Canguçu; serás ouvido tão somente pelo ministro da guerra, que te explicará em

dez minutos as razões desse ato. Não assim a metafísica. Um discurso de metafísica política apaixonada naturalmente os partidos e o público, chama os apartes e as respostas. E depois *não obriga a pensar e descobrir*. Nesses ramos dos conhecimentos humanos tudo está achado, formulado, rotulado, encaixotado; é só prover os alforjes da memória. *Em todo caso, não transcendas nunca os limites de uma invejável vulgaridade* (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 294, grifo nosso).

Assim, a política, mascarada de palavras, revela-se a arte dos mais ambiciosos, capazes de manusear as ideias retóricas para apoderar-se dos cargos políticos. A ênfase dada pelo pai de Janjão à metafísica política evidencia justamente que a conduta do político se compraz apenas no jogo das ideias, — que é sempre gratuito e frívolo. A conduta política com seus louvores às ideias retóricas, revela-se incapaz de ação, pois seu limite, *a invejável vulgaridade*, ultrapassado, não é mais a metafísica, mas o pensamento, com risco de inovar, com o grande risco de infringir a primeira e capital estratégia. O decisivo, pois, permanece na ausência absoluta de ideias próprias, como se constata na resposta do pai quando Janjão lhe faz algumas perguntas:

- Farei o que puder. Nenhuma imaginação?
- Nenhuma; antes faze correr o boato de que um tal dom é ínfimo.
- Nenhuma filosofia?
- Entendamo-nos: no papel e na língua alguma, na realidade nada. “Filosofia da história”, por exemplo, é uma locução que deves empregar com frequência, mas proíbo-te que chegues a outras conclusões que não sejam as já achadas por outros. *Foge a tudo que possa cheirar reflexão, originalidade, etc., etc.* (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 294, grifo nosso).

Retornar, como uma espécie de final cíclico, à primeira estratégia, nos permite concluir que a condição *sine qua non* para tornar-se medalhão é, definitivamente, voltar as costas à reflexão crítica, abandonando-a de vez. Mesmo com esse retorno, a temática do diálogo consiste na carreira política; e será nessa temática que ocorre o desfecho do conto “Teoria do medalhão”. Acreditamos existir boas razões para isso.

No decorrer de nosso esforço em pôr em relevo o comportamento humano suscitado pelo conto, deparamos com três estratégias e suas subsequentes perspectivas de ação. O pai de Janjão lhe aconselha a ter como estratégia para tornar-se medalhão, (1º) possuir um regime debilitante, (2º) sempre realizar autopublicidade de suas atividades públicas e individuais e (3º) nunca aderir a nenhuma tipologia partidária.

Efetivamente, as duas primeiras estratégias configuram-se como rito necessário à aceitação de Janjão pelos grupos dirigentes da sociedade, enquanto somente a terceira estratégia concerne a um fato específico, e não generalizações como as precedentes. Logo, a questão que se formula será a de saber qual o resultado do esforço de Janjão de suspender toda sua cognição e de sempre ter que se autopublicizar? Assim, o próprio

conto “Teoria do medalhão” nos fornece o *leitmotiv* para compreendermos como o comportamento humano suscitado em sua forma literária consiste na reordenação dos elementos históricos manifestados na sociedade brasileira do século XIX.

O que há de mais revelador é propriamente a estratégia do regime debilitante: o fato é que as perspectivas de ação que dela derivam evocam o estamento, com suas honras sociais. Sabemos a partir de Faoro (1984) que o estamento conjuga valores e convenções homogêneas, e quem pretende nele ingressar precisa modelar os próprios ideais ao dele, com estrita submissão. Assim sendo, endossamos o fato de que a necessidade de Janjão coordenar a própria conduta pelos valores da opinião pública está fundada na lógica da honra social do estamento brasileiro, e que assim ocorre a reordenação deste elemento histórico.

No que tange à estratégia de não aderir a nenhuma tipologia partidária, pode-se perceber que ela também evoca a condição de bacharel. Assim, a ênfase dada pelo pai de Janjão às ideias retóricas, funda-se na lógica da formação acadêmica brasileira, pois nesta, conforme Adorno (1988), os bacharéis adquiriram o hábito de exacerbar a erudição em detrimento do conhecimento dos fatos sociais brasileiros.

Sem dúvida, nesse nosso esforço de demonstração localiza-se o importante aspecto de que no perfil patrimonial e estamental-burocrático o Estado torna-se o centro do poder político e econômico. Com essa autocracia, que provê prestígio e oportunidades na carreira política, o indivíduo não vê outra opção senão a de submeter-se aos valores do estamento. Faoro (1984) alega que por esse fato de o Estado estar acima da sociedade, ele possui completamente o controle popular; e assim o estamento, como camada dirigente, impõe aos indivíduos suas decisões políticas, seus valores. Com isso, “incorpora as gerações necessárias ao seu serviço, valorizando pedagógica e autoritariamente a reserva para seus quadros, cooptando-os, com a marca de seu cunho tradicional” (FAORO, 1984, p. 743). A personagem Janjão é um desses indivíduos cooptados pelo estamento. Todo seu esforço é, na realidade, a tentativa de demonstrar que possui esses mesmos valores e estilo de vida que lhe são fixados pelo estamento. Ao fazer isso, pondo em prática as estratégias do pai, tenta, além de ser medalhão, angariar um cargo público, posto que “o cargo público, a velha realidade do estamento, será o único foco do poder, poder que dá prestígio, enobrece, propicia e legitima a riqueza” (FAORO, 1984, p. 310).

A terceira e última estratégia ensinada à Janjão por seu pai possui ainda mais afinidade precisa com o estamento-burocrático. Tendo em vista suas observações empíricas, o pai aconselha a estratégia de não aderir a nenhuma tipologia partidária. Isto, por sua vez, funda-se nas diversas dissoluções de gabinetes ocorridas. Como esclarece Faoro (2001), nas funções legislativas, “de 1840 a 1889 passaram pelo governo

36 gabinetes, com a duração média de 1,3 ano. 27 foram derrubados pela Câmara e foi esta nove vezes dissolvida pelo imperador” (FAORO, 2001, p. 105).

O caráter dinâmico do esforço em ser medalhão, como é revelado pelo pai ao informar a Janjão que “o mesmo ofício irá ensinando os elementos dessa arte difícil de pensar o pensado” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 291), evidencia a relação de submissão do indivíduo à sociedade, por toda sua existência. Ora, uma vez conquistada a notabilidade pública, uma vez que Janjão “entrar na terra prometida [começará] “nesse dia a sua fase [...] de figura obrigada, de rótulo. Acabou-se a necessidade de farejar ocasiões, irmandades; elas virão ter contigo, e tu serás o prestimoso dos cidadãos” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 293).

Daí poder-se concluir que o comportamento humano representado no conto “Teoria do medalhão” proporciona a problematização da vida em sociedade, da tendência à homogeneidade das ideias e condutas, e da escassez de reflexão crítico-moral. Uma problematização, sem dúvida, que se efetiva simultaneamente em relação a seu contexto literário, qual seja, a sociedade brasileira do século XIX, e ao quadro cultural do Ocidente, abrindo, assim, seu mundo estético próprio para o imaginário do leitor de todos os tempos.

4 BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como pressuposto uma noção materialista da *forma literária*, objetivou-se neste artigo uma análise que permitisse a compreensão da ação e reação recíprocas entre texto e contexto, isto é, como a concepção estética do conto “Teoria do Medalhão” possui uma ligação formativa com o contexto da cultura política patrimonialista do II Reinado.

Para desvelar os sutis entrelaçamentos entre forma literária e processo histórico-social, a noção de *redução estrutural* é crucial. Assim, em nosso empreendimento analítico buscamos nos pautar no posicionamento metodológico de Antonio Candido, para quem,

Na verdade, o que interessa à análise literária é saber, neste caso, qual a função exercida pela realidade social historicamente localizada para constituir a estrutura da obra — isto é, um fenômeno que se poderia chamar de formalização ou *redução estrutural dos dados externos* (CANDIDO, 1993, p. 33, grifo nosso).

Fica evidente na estrutura do conto o fato de que o intermédio do mercado está excluído, no sentido em que existe a impossibilidade de Janjão ascender socialmente através da sua capacidade de trabalho. Tal aspecto torna-se fundamental, uma vez que o princípio técnico narrativo consiste na exposição de como alcançar o prestígio

sociopolítico.

Sem dúvida, nesse nosso esforço de demonstração localiza-se o importante aspecto de que no perfil patrimonial e estamental-burocrático o Estado torna-se o centro do poder político e econômico. Com essa autocracia, que provê prestígio e oportunidades na carreira política, o indivíduo não vê outra opção senão a de submeter-se aos valores do estamento. Faoro (1984) alega que por esse fato de o Estado estar acima da sociedade, ele possui completamente o controle popular e, com isso, “incorpora as gerações necessárias ao seu serviço, valorizando pedagógica e autoritariamente a reserva para seus quadros, cooptando-os, com a marca de seu cunho tradicional” (FAORO, 1984, p. 743). O personagem Janjão é um desses indivíduos cooptados pelo estamento. Independentemente se consiga conquistar uma prestigiosa notabilidade pública ingressando no estamento, ele será um conformista reverente aos valores que lhe são impostos; tendo abandonado qualquer possibilidade de reflexão crítica, jamais irá questionar esses valores.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BOBBIO, N. A lição dos clássicos. In: _____. **Teoria geral da política: A filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, p. 101-148.

BOSI, A. **Machado de Assis: o enigma do olhar**. São Paulo: Ática, 2003.

BOTELHO, A. Sequências de uma sociologia política brasileira. *Revista de Ciências Sociais - Dados* [online]. 2007, vol. 50, n.1, p. 49-82.

CANDIDO, A. **O Discurso e a cidade**. São Paulo: Duas cidades, 1993.

_____. **O Método Crítico em Sívio Romero**. Rio de Janeiro: ouro sobre azul, 2006.

CANDIDO, A. Crítica e Sociologia. In: _____. **Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária**. Rio de Janeiro: ouro sobre azul, 2010, p. 13-25.

CARDOSO, F. H. Um crítico do Estado: Raymundo Faoro. In: _____. **Pensadores que inventaram o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 227-261.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo,

1984.

_____. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. *Revista Eletrônica da USP* [online], São Paulo, n. 17, p. 14-29, 1993, mar/maio 1993.

_____. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio.** São Paulo: Globo, 2001.

GLEDSO, J. **Machado de Assis: impostura e realismo.** Uma reinterpretação de Dom Casmurro. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

JAMESON, F. Rumo à crítica dialética. In: _____. **Marxismo e Forma: Teorias dialéticas da Literatura no século XX.** São Paulo: Hucitec, 1985, p. 235- 315.

MACHADO, U. **Bibliografia machadiana 1959-2003.** São Paulo: Editora USO, 2005.

MACHADO DE ASSIS, J. M. de. **Obra Completa.** 3 volumes. Organização de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SCHWARZ, R. Pressupostos, salvo engano, de "Dialética da Malandragem". In: _____. **Que horas são?** ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 129-156.

MELLO E SOUZA, L. Raymundo Faoro: Os Donos do Poder. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos.** São Paulo: Editora Senac, 1999, p. 335-356.

WAIZBORT, L. **A Passagem do Três ao Um: crítica literária, sociologia, filologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2007.

WEBER, M. Classe, Estamento, Partido. In: GERTH, H; MILLS, W (orgs.). **Max Weber – Ensaio de Sociologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1974, p. 211-228.

Título em inglês

LITERARY FORM AND HISTORICAL-SOCIAL PROCESS IN
MACHADO DE ASSIS: ASPECTS OF PATRIMONIALIST
POLITICAL CULTURE IN "MEDALLION THEORY" (1882).